



**Jorge Broide**  
**Emília Estivalet Broide**

**A psicanálise em  
situações sociais críticas  
metodologia clínica e intervenções**

**2ª Edição**

  
escuta

Apresentação	9
Do silêncio à palavra	13
O atendimento em situações sociais críticas: a construção de um método baseado nas ancoragens do sujeito	27
A construção de dispositivos clínicos	39
Notas para um trabalho grupal	51
A transferência e o território: algumas considerações	61
Construção do plano municipal para a população em situação de rua no município de Porto Alegre	79
Psicanálise e políticas públicas. A construção de uma política pública para a juventude em situações sociais críticas no município de Osasco	97
Psicanálise na instituição hospitalar	123
Porosidades clínicas: diálogos entre a Psicanálise e a Saúde Coletiva	135
A transmissão da psicanálise na supervisão clínico-institucional	147

# A transferência e o território: algumas considerações

*Jorge Broide*

## Introdução

A proposta deste texto é refletir sobre algumas manifestações transferenciais que se apresentam no trabalho do psicanalista em diferentes situações sociais críticas. Essa clínica se dá geralmente fora do consultório, e muitas vezes se encontra encravada nas periferias da cidade. Em consequência, é importante avançarmos na compreensão de como se estruturam os laços sociais no território e a influência que possuem na constituição do sujeito. É a partir desse entendimento que temos buscado e interagido com diferentes saberes que abordam, de forma contemporânea e criativa, a vida das grandes cidades.<sup>1</sup>

1. É a partir da prática de trabalho na cidade que Emilia Estivalet Broide e eu desenvolvemos o conceito e a metodologia do que chamamos Escuta Territorial. Esta consiste em um método de pesquisa do território que inclui entrevistas individuais e grupais, nas ruas, no comércio, residências, espaços culturais, entre outros, e engloba a compreensão do cotidiano local e das diferentes manifestações sociais que ali ocorrem. Implica

Para abordarmos a questão, apresentaremos duas vinhetas de casos trazidos em supervisões a uma equipe de uma organização não governamental que trabalha com adolescentes em conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto. Na cidade de São Paulo, todo o trabalho com esses adolescentes é realizado por organizações não governamentais, conveniadas com a prefeitura, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os adolescentes são encaminhados pelo Poder Judiciário. É a esse mesmo poder que as ONGs devem responder através dos Planos Individuais de Atendimento e relatórios que podem liberá-los, aumentar o tempo das medidas ou solicitar nova internação para os atendidos. As equipes desenvolvem inúmeras atividades que vão do atendimento aos adolescentes e às famílias ao encaminhamento e acompanhamento dos meninos e meninas na precária rede local (escola, saúde etc.), em oficinas profissionalizantes e em outras instituições.

Pensamos que esses adolescentes, por estarem fortemente enraizados no tecido social, são importantes porta-vozes do território e dos processos de exclusão (certamente não os únicos) das periferias das grandes cidades brasileiras. Sendo assim, as considerações que seguem abaixo visam contribuir para o entendimento das relações entre sujeito e cidade e de como estas se expressam no processo transferencial que se dá em diferentes âmbitos do atendimento.

compreender como vivem, moram e trabalham as pessoas que circulam em um dado espaço geográfico. Esse conhecimento articula-se à escuta psicanalítica que abre o caminho para uma reflexão sobre a vida do sujeito, o que inclui sua história, sua visão de presente e futuro e seus laços mais profundos com a comunidade. Logo, a pluralidade do universo social entra em cena em cada entrevista realizada com as diferentes pessoas que transitam no espaço público e privado, incluindo-se, dessa forma, a história do sujeito à narrativa sobre o território.

## Algumas considerações sobre o território das periferias das cidades

### *O processo de globalização*

Não é possível entender o que ocorre nas periferias das grandes cidades brasileiras sem abordarmos o processo de globalização. Por essa razão, faremos um rápido percurso histórico, sem a pretensão de uma análise mais aprofundada do tema, visto que isto fugiria do escopo deste texto e exigiria um espaço muito mais amplo e aprofundado.

O processo de globalização não é algo recente: surge com o trabalho coletivo e com a produção da riqueza. Na verdade, está atrelado ao desenvolvimento da civilização e determinou, em grande parte, a relação do Homem com o território. Como diz Bauman (1999), o ser humano, tanto na luta pela sobrevivência através da caça e da agricultura de subsistência, como depois, enquanto dono dos meios de produção, sempre esteve diretamente ligado ao seu entorno. Mesmo numa relação de conflito, como a da escravidão e a do trabalho assalariado, o proprietário da terra necessariamente tinha, em função do espaço compartilhado, uma relação direta com a população que trabalhava em suas terras e arredores. Esses laços foram se complexificando à medida que o fluxo econômico adquiriu maior mobilidade e concentração de capital.

Mais tarde, com o processo da industrialização, o pequeno e médio empresário possuía uma relação com a população local, ainda que muito diferente da anterior, pois já havia maior mobilidade tanto do capital como do trabalho. Quando o capital se transnacionaliza, o foco de decisão se distancia do território e o Estado nacional começa a perder soberania, visto que os recursos mobilizados por algumas empresas transnacionais são maiores que o orçamento de vários países. O compromisso da empresa é cada vez maior com o lucro dos acionistas, em

uma relação geralmente anônima, através da bolsa de valores. O bairro, a cidade, e o Estado nacional ficam cada vez mais distantes. O ápice desse processo é o capitalismo financeiro. Este não tem vínculo algum com o território; migra pelo botão do computador de um país a outro, em diferentes pontos do planeta em frações de segundo. O grande capital já não tem ideia de quem vive e como se vive no território local.

Esse processo, no dizer de Sader e Gentile (1995), é acompanhado da retirada do Estado dos setores essenciais da sociedade. Nos últimos anos, o neoliberalismo, criado a partir das teorias de Hayek, é implementado inicialmente pelos governos de Thatcher no Reino Unido e de Reagan nos Estados Unidos e, em seguida, espalha-se pelo mundo. Ao chamado Estado mínimo só cabe fazer o que a iniciativa privada não pode, ou seja, aquilo que não dá lucro.

Milton Santos (1996), através da geografia humana, mostra-nos os efeitos desse processo histórico. Coloca como essas relações fazem com que o planeta se estruture por meio de pontos de concentração econômica nos países centrais, articulados entre si em rede que penetram o território local ao criarem um mercado para seus produtos. Essa inserção do poder global no local gera, segundo ele, a fragmentação do território e descaracteriza a comunicação em favor da informação.

Para Fontenelle (2002), os produtos mudaram o seu caráter. São agora uma experiência. Comer um hambúrguer é uma experiência de inclusão através de uma marca. Estar no McDonald's é estar na estética do mundo globalizado, é sentir o gosto globalizado, é a experiência da inclusão propiciada pelos países centrais com suas marcas. Quantas vezes já não ouvimos um pai falar orgulhoso que levou o filho no McDonald's? Em seu imaginário, comer o hambúrguer é transmitir a experiência de paternidade ao filho. A função paterna fica mediada pela marca. Assim, usar um tênis Nike não significa simplesmente ter um

tênis; é a possibilidade de sentir-se reconhecido enquanto sujeito. É estar no mundo, é ser alguém. É sair da invisibilidade. Aquele que usa o tênis está tomado pelo imaginário da marca; usá-la, para si, equivale a ser alguém, a ser sujeito. Assim, quando um adolescente rouba um tênis, está tentando sair de uma experiência que o toma por inteiro: a da invisibilidade.

É essa relação com os produtos que, segundo Milton Santos, fragmenta o território e a relação entre as pessoas. O que era conhecido não é mais reconhecido, e a força do produto, que imaginariamente traz a possibilidade de ser sujeito, afeta o laço social. Esse processo, no entanto, não é uniforme: é pleno de contradições. Por um lado, o território encontra-se fragmentado e, por outro, estabelece como defesa o espaço da afetividade e da contiguidade, que é onde se dá a solidariedade, o trabalho comunitário, a contrarrede, a rede formada pelo morador, pelas políticas públicas, pelas ONGs, pela produção cultural realizada nas brechas da cultura da globalização. Poderíamos chamar da experiência de encontro local, onde está presente o sujeito, a alteridade, o reconhecimento do outro.

Podemos dizer também que o processo de globalização estabelece novas modalidades de laço social que se expandem e alteram significativamente as relações locais. O trabalho, no entanto, não se constitui somente naquilo que vemos. Em cada produto humano, em cada mercadoria, como nos diz Marx ao falar do fetichismo da mercadoria, estão presentes e encobertas as relações de produção, as relações sociais. Um produto, portanto, traz dentro de si relações humanas entre diferentes sujeitos em distintas culturas. Um telefone celular contém matérias-primas, processos produtivos e tecnológicos de diferentes situações e países. São as relações entre os petroleiros em alto-mar, que por sua vez interagem com os ribeirinhos transformados em operários na Zona Industrial de Manaus, com todos os fornecedores, com aqueles que comercializam o

telefone no shopping etc. São sujeitos e grupos que vão interagindo entre si até o produto final que, por sua vez, entrarão em uma nova cadeia de relações sociais, com novos grupos de sujeitos.

O melhor exemplo disso é um artigo de capa da revista inglesa *The Economist* que mostra como o telefone celular muda toda a vida no território, estabelecendo novas relações. A matéria exemplifica o pescador na África que agora, ao aproximar-se da costa, liga para três diferentes compradores para saber qual lhe paga o melhor preço pelo peixe. E é neste, evidentemente, que ele atraca seu barco. O mesmo ocorre com o pedreiro na periferia das grandes metrópoles, que vende seu trabalho através do telefone celular para alguém em outro lado da cidade.

Assim, em um trabalho para a construção de algo, existe um sem número de relações presentes, mas que não são explícitas ou conscientes. Elas emergem no grupo através do latente e do manifesto, através do sintoma, do sonho, do conflito etc. É necessário colocá-las o máximo possível em palavras, no grupo no qual se propõe a realização da tarefa.

Nosso trabalho, enquanto psicanalistas, encontra-se ancorado aí, no compromisso com esse sujeito que fala, que está cindido e alienado no tênis Nike e no hambúrguer. Temos que entender o tênis e o hambúrguer como as imagens de sonhos para onde são deslocados, condensados e figurados, através de objetos cotidianos e atuais, o conflito e o desejo daquilo que ainda não pode ser dito.

Tudo isso nos leva a algumas perguntas: Qual o efeito da retirada do Estado do território no processo de implantação do neoliberalismo? Como isso interfere no cotidiano da vida das pessoas que moram nas periferias? Como se dá a luta — de que nos fala Milton Santos — entre a fragmentação e domínio do território pelos pontos articulados em rede pelos países centrais e sua contraposição pela afetividade e pela contiguidade? Como se constitui o sujeito nesse território?



*O processo de globalização e o território das periferias brasileiras*

O impacto do processo de globalização é muito forte no cotidiano do território da periferia. Ele agudiza a situação de pobreza na medida em que desregulamenta as relações de trabalho, diminui a possibilidade de qualificação profissional e empurra a população para o trabalho informal. O conceito de periferia pode e deve ser utilizado também nas regiões centrais da cidade. Trata-se, aqui, de definir esse espaço urbano enquanto um lugar sem acesso aos bens sociais e aos ganhos da cultura, pois um condomínio fechado com toda a infraestrutura nas regiões periféricas da cidade, certamente é um território central e não periférico.

A retirada do Estado da vida das periferias no processo do neoliberalismo teve consequências brutais. A ausência do trabalho formal, associada à penetração do tráfico de drogas e outras atividades ilícitas no território, faz com que se vá constituindo uma porosidade cada vez maior entre o mundo formal e informal, entre o lícito e o ilícito. Como verificaram Vera Telles e Daniel Hirata (2007), o trabalhador da TV a cabo faz um gato (ligação clandestina) para obter uma renda extra; a dona de casa vende CD pirata, ou seja, cada um “se vira” como pode. Nos territórios mais conflagrados, dominados pelo tráfico de drogas, a população ou adere ou encontra-se porta a porta com o mesmo, vivendo uma grande tensão em relação ao destino dos filhos e às cenas de violência que se dão no cotidiano.

Vale aqui um exemplo para ilustrarmos o que estamos considerando a porosidade entre o lícito e o ilícito. Em um bairro residencial, universitário e central da cidade de São Paulo, há um farol ao lado de um Banco Itaú Personalité, onde uma mãe, acompanhada de dois filhos (um de aproximadamente 11 anos e outra aparentando 13 anos), vende panos de prato. Ao passar quase todos os dias, às vezes mais de uma

vez pelo local, em virtude de ser próximo à minha residência, ficava intrigado com os três. Ao abordar o menino, que estava sem chapéu no farol em um dia de muito sol, começamos a conversar. Relata que a família mora na periferia da cidade, ele estuda, a irmã também. O pai é o senhor que cuida do estacionamento dos carros junto à porta do banco. Ele veste um avental do Itaú. Os panos são guardados no estacionamento que tem convênio com o banco, a vinte metros do farol. A situação, pelo menos em parte, se desvela. Os membros da família trabalham juntos.

Esse é um bom exemplo de porosidade no território. Podemos observar que existem aqui diferentes superposições. O pai está inserido na legalidade bancária, e dali observa e cuida da esposa e dos filhos, que estão expostos a uma situação de alta vulnerabilidade no farol. Ao mesmo tempo, os filhos estão na ilegalidade do trabalho infantil, expostos aos perigos e violência da rua, e possivelmente o banco não sabe que aquele que cuida dos carros de seus clientes configura uma situação ilegal e possui outra fonte de geração de renda ali mesmo, a partir de seu trabalho formal. O pessoal do estacionamento ao lado, solidariamente, também comete uma ilegalidade ao oferecer abrigo e guardar o material vendido no farol. Os patrões, possivelmente, assim como os funcionários do banco, não devem saber do fato. Os pais, diferentemente do que ocorre em muitas outras situações de abandono, estão juntos com os filhos, atentos a tudo que ocorre no entorno. Temos na mesma cena fragmentação e exposição a uma situação de desamparo e, como nos diz Milton Santos, uma rede de afetividade e contiguidade, entre a família e os trabalhadores do estacionamento. Com o tempo, no entanto, o pai saiu do banco e agora também vende panos de prato com a família, a menina engravidou. As feições de todos são cada vez mais duras.

Ainda no que se refere ao trânsito no território, é importante abordar a diferença que existe entre o periférico das